

COMÉRCIO EXTERIOR

De tarifas e outros ataques

Celso Amorim afirma, na Câmara, que ações dos EUA são “estranhas” ao processo comercial estabelecido entre nações

» LUIZA ALTOÉ

O assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, criticou as últimas decisões dos Estados Unidos (EUA) contra o Brasil. Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, ele procurou esclarecer o posicionamento do governo brasileiro e tentou diferenciar conflitos econômicos de tensões políticas na relação entre Brasil e Estados Unidos. Presente à audiência pública, o deputado federal Marcel Van Hatten (Novo-RS) criticou ações do Estado brasileiro contra empresas dos EUA e a atuação da Polícia Federal em território norte-americano, ao prender o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem. Em resposta, Celso Amorim comentou o perigo de contaminar uma relação comercial com medidas de natureza política. “O tarifaço é uma medida de natureza comercial. Não se aceitam medidas comerciais como resposta a atuações não comerciais. Quantos países na OMC têm comportamento que não se adequam aos nossos padrões ou aos padrões norte-americanos de democracia? Nem por isso eles podem ser objetos de tarifas. Tarifa é uma coisa negociada. Ela é coisa, tanto quanto possível, compartimentalizada”, disse. Amorim disse que é consenso internacional de que não se pode aplicar tarifas para tratar de temas não comerciais, como proteção a um setor específico. “Com muito mais razão, não se pode fazer isso em relação ao Pix e a outros temas. Isso é

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Celso Amorim sobre tarifas: “Não se aceitam medidas comerciais como resposta a atuações não comerciais”

totalmente estranho ao processo comercial”, esclareceu Amorim, deixando claro que participou da Rodada Uruguai, do lançamento da Organização Mundial do Comércio e da Rodada de Doha como embaixador e ministro do Brasil. Amorim também falou de outras medidas adotadas pelo governo norte-americano. Classificou como “bizarra” a condução dada pelos norte-americanos ao andamento da indicação de Daniel Perez para a embaixada

brasileira antes da concessão do aval diplomático, também conhecido como agrément. Celso Amorim avaliou que o comportamento é totalmente contrário às regras internacionais. “O que aconteceu bizarramente neste caso é que os EUA (...) deram publicidade antes da concessão de agrément e, talvez o mais grave, seguiram com o processo dentro do Senado americano sem ter o agrément brasileiro”, afirmou. Além disso, apontou para o quesito temporal da indicação. Segundo ele, os

Estados Unidos ficaram sem embaixador no Brasil por mais de 1 ano e meio. Porém, somente com o aproximar das eleições brasileiras, preencher a vaga passou a ter